

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 1999.

Dispõe sobre o pagamento, na rede bancária, de fichas de compensação, de bloquetes de cobrança, de tributos, de serviços e de tarifas públicas, por meio de cheque, e dá outras providências.

Autor: Deputado Pedro Fernandes

Relator: Deputado Chico Lopes

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de autoria do Deputado Pedro Fernandes que pretende obrigar os bancos a aceitarem cheques destinados ao pagamento, em dia, bem como quaisquer cobranças efetuadas via compensação bancária, independentemente de o sujeito passivo da obrigação ou o portador do título serem clientes do banco que receba o pagamento em cheque.

O Projeto estabelece que os bancos poderão celebrar convênios com as entidades do setor público e privado a fim de definirem sua remuneração pelos serviços de cobrança prestados, entretanto tais custos não poderão ser imputados ao devedor do título. Tais convênios devem ainda determinar que conste, no campo “sacado” do título, o nome de quem tenha celebrado o contrato com o cedente, sendo permitido constar, adicionalmente, o nome do consumidor menor, relativa ou absolutamente incapaz, tutelado ou curatelado.

De acordo com a proposição em pauta, a quitação do título só ocorrerá após a compensação do cheque e, em caso de devolução do cheque, o banco restituirá ao cedente ou credor da obrigação, acompanhado do respectivo cheque.

Na justificativa da proposta, o nobre autor esclarece que a iniciativa não pretende alterar a natureza jurídica do cheque, mas proporcionar comodidade ao cidadão, mediante a facilitação do pagamento na rede bancária.

Esclarece que os bancos estariam obrigados a aceitar cheques para pagamento de títulos, no entanto a quitação dos títulos ocorreria somente após a compensação. Assim, os bancos estariam totalmente isentos de qualquer responsabilidade pelo recebimento de cheques irregulares ou sem fundos.

Menciona ainda o autor os abusos cometidos pelos bancos contra as pessoas que deles dependem para realizar pagamento de títulos, bem como a já conhecida alegação dos bancos de que receber cheque para pagamento de títulos aumenta seus custos.

A Comissão de Defesa do Consumidor opinou pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 79/1999.

A Comissão de Finanças e Tributação opinou pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição.

Não houve abertura de prazo para apresentação de emendas.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade com as atribuições regimentais da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, previstas no art. 32, IV, alínea “a” do Regimento Interno, cabe analisar aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A Constituição Federal em seu art. 22 dispõe sobre a competência para legislar. No que tange as atribuições do Congresso Nacional, o art. 48 preceitua que cabe a este, com a sanção do presidente, dispor sobre todas as matérias da União. E em relação à iniciativa das leis, o art. 61 da Carta Magna Federal prevê que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados.

Consoante a esse entendimento, o Projeto em análise atende os pressupostos constitucionais relativos à competência da União, às atribuições do Congresso Nacional e legitimação da iniciativa parlamentar, em conformidade com o disposto no art. 22, 48 e 61, todos da Constituição Federal em vigor.

No tocante à juridicidade, o Projeto em comento objetiva atribuir curso forçado ao cheque, ainda que somente naqueles locais citados no referido PLP, em total desacordo com os termos da legislação civil. O cheque é um título de crédito, no qual impõe uma ordem de pagamento à vista, não possui as características da moeda corrente, razão pelo qual o adimplemento de uma obrigação através de sua emissão é considerado uma doação em pagamento, nos termos do art. 356 do Código Civil.

No que diz respeito à técnica legislativa não há reparos a fazer.

Face ao exposto, meu parecer é pela injuridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 79/1999.

Sala da Comissão, em de de 2011

Deputado CHICO LOPES

Relator